

A INTERTEXTUALIDADE NO DISCURSO DA MÍDIA IMPRESSA CEARENSE

Érica de Abreu Azevedo¹

RESUMO:

O artigo analisa o fenômeno da intertextualidade em matérias jornalísticas do meio impresso cearense, nas quais foi observada a presença do intertexto como resultado de uma estratégia de construção da argumentação. Foram escolhidas como corpus duas matérias publicadas no jornal O Povo, no ano de 2009, pertencentes a uma cobertura especial sobre traição na política brasileira. A motivação para a cobertura teria sido uma declaração do então presidente Lula sobre aliança política em que citou as figuras bíblicas de Judas e Jesus. A análise foi feita com base nos pressupostos sobre intertextualidade, em Koch, Bentes e Cavalcante (2008) e, ainda, apoiada nos estudos sobre polifonia, em Bakhtin (2003), e sobre discurso relatado em Maingueneau (2008).

PALAVRAS-CHAVE: *Discurso. Mídia. Intertextualidade. Polifonia.*

ABSTRACT:

The article analyzes the phenomenon of intertextuality in some articles by newspaper of Ceará, in which we observed the presence of the intertext as a result of a strategy to build the argument. The corpus were chosen two articles published in newspaper O Povo, in 2009, belonging to a special coverage on treason in Brazilian politics. The motivation for the coverage would have been a declaration of the president Lula on political alliance in which he quoted the biblical figures of Judas and Jesus. The analysis was based on assumptions about intertextuality, in Koch, Bentes and Cavalcante (2008) and also supported in studies of polyphony, in Bakhtin (2003), and on reported speech in Maingueneau (2008).

KEY-WORDS: *Discourse. Media. Intertextuality. Polyphony.*

Introdução

O presente trabalho visa analisar em que medida a intertextualidade contribui para a construção da argumentação em duas matérias jornalísticas – “A traição como ela é” e “A tese de Lula que juntou Jesus, Judas e os políticos” – que fazem parte da cobertura especial “A política real”, publicada no Jornal O Povo², no dia 1º de

¹Mestranda do curso de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade Estadual do Ceará. Artigo produzido sob a orientação do Professor Doutor Raimundo Ruberval Ferreira.

² O Jornal Povo é um periódico impresso, de circulação diária, da cidade de Fortaleza, Ceará, Brasil.

novembro de 2009. A cobertura traz como pano de fundo a temática da traição na política brasileira.

O artigo está dividido em três partes. Na primeira, discorro sobre a presença, nos textos, de textos outros, como resultado de um diálogo, característica do fenômeno da intertextualidade. Na segunda, abordo as características da linguagem jornalística, caracterizando o discurso jornalístico como um discurso polifônico. Por fim, na última parte, analiso o fenômeno da intertextualidade no *corpus* escolhido.

1. Intertextualidade: Diálogo entre textos

Todo texto é considerado intertexto por sempre dialogar com textos já produzidos. A partir desse diálogo, quase que necessário, os textos assumem novos formatos, quando o apelo ao já escrito reforça a argumentatividade do novo texto. Daí ser impossível investigar a força argumentativa do texto sem levar em conta o seu aspecto intertextual, ou seja, sem levar em conta os mecanismos pelos quais a intertextualidade surge no discurso.

Quem primeiro introduziu o conceito amplo de intertextualidade foi Julia Kristeva, na década de 1960, quando descreveu que “qualquer texto se constrói como um mosaico de citações e é a absorção e transformação de um outro texto” (1974 apud KOCH; BENTES; CAVALCANTE, 2008, p. 14). Já na obra de Mikhail Bakhtin, a intertextualidade aparece como uma “intertextualidade ‘interna’ das vozes que falam e polemizam no texto, nele introduzindo o diálogo com outros textos” (1979 apud BARROS; FIORIN, 1999, p. 4).

Koch, Bentes e Cavalcante (2008) categorizam diversos tipos de intertextualidade, tanto atestadas pela presença do intertexto (sentido restrito) como não. Dentre elas, a intertextualidade temática, tipológica, explícita, implícita intertextualidade das semelhanças, das diferenças, estilística, a autotextualidade, a intertextualidade intergenérica, etc. Interessa-me neste estudo os seis primeiros tipos.

A *intertextualidade temática* é encontrada entre textos que partilham uma mesma linha de pensamento. Por exemplo, entre as matérias de um jornal publicadas em

um dado período e que focam o mesmo assunto. Já a *intertextualidade tipológica* é reconhecida a partir de um conjunto de características comuns – seleção lexical, uso dos tempos verbais, elementos dêiticos³ – depreendidas de determinadas sequências ou tipos textuais (narrativas, descritivas, expositivas) que permitem relacioná-las a uma determinada classe. Esse reconhecimento do conjunto de características comuns dos textos é resultado da formação de modelos mentais na memória dos falantes, ocasionada pelo fato de esses mesmos falantes se acharem expostos à comparação de textos (KOCH; BENTES; CAVALCANTE, 2008, p. 76).

Neste estudo, interessa-me, dentro da modalidade *intertextualidade tipológica*, a intertextualidade ocorrida a partir de sequências narrativas, que se configuram pela sucessão temporal/causal dos eventos, em que sempre há uma modificação de um estado de coisas (WEINRICH, 1964, apud KOCH, 1997). Nesse tipo de sequência, é comum a presença dos verbos de ação, de advérbios temporais, causais, locativos e, ainda, do discurso relatado (modalização em discurso segundo, discurso direto, discurso indireto⁴), o qual predomina em notícias, reportagens, contos, romances.

A *intertextualidade explícita* ocorre quando a menção ao intertexto acontece no próprio texto, quando determinada passagem do texto é atribuída a outro enunciador por intermédio de citações, referências, menções. Formalmente, esse tipo de intertextualidade é marcado, no texto, pelas expressões do tipo *segundo x, como afirma y*.

A respeito da presença das citações no texto, Koch, Bentes e Cavalcante (2008) classificam três tipos de intertextualidade, que variam de acordo com o critério do tipo de autoria. São elas, a intertextualidade com *intertexto alheio*, com *intertexto próprio* e com *enunciador genérico*.

A intertextualidade com *intertexto alheio* se constitui pelo surgimento, no texto, da fala de outro locutor, conhecido ou não, que é ou não introduzida por expressões prototípicas, tais como *segundo fulano, de acordo com cicrano*. Já a intertextualidade

³ Elementos dêiticos são aqueles que somente podem ser interpretados em relação à situação de enunciação específica na qual se inserem. Podem ser dêiticos de pessoa (pronomes), temporais e espaciais (advérbios) (MAINGUENEAU, 2008, p. 24 e 108).

⁴ Sobre modalização em discurso segundo, discurso direto e discurso indireto conferir próxima seção.

com *intertexto próprio* é a retomada de fragmentos de textos do próprio autor. O recurso é muito utilizado em textos acadêmicos cujos autores recorrem a fragmentos de outras de suas obras, ou seja, quando o autor recorre a si mesmo.

No caso da intertextualidade com *enunciador genérico*, o intertexto faz parte do repertório de uma comunidade. São os provérbios, os clichês, os ditos populares, que são introduzidos tanto para reforçar pontos de vista quanto para subverter. Um exemplo de *enunciador genérico*, que reforçaria um ponto de vista, é observado no slogan de uma campanha da companhia aérea Varig: “Para uma pessoa ocupada como você, o tempo voa. Só que a gente pode voar ainda mais rápido” (grifo meu).

Uma última categoria a ser descrita é a intertextualidade *implícita*, que ocorre quando não é clara no texto a presença do intertexto. Somente é identificado o intertexto quando o interlocutor ativa na própria memória discursiva a origem da fonte (KOCH; BENTES; CAVALCANTE, 2008). Agora que tratei do conceito e dos tipos de intertextualidade, passo a discutir a linguagem jornalística.

2. A linguagem jornalística

O discurso jornalístico se pauta no acontecimento, na pretensão de refletir, em sua enunciação, a realidade. A imprevisibilidade, a improbabilidade e a atualidade são as condições mais importantes para o fator noticiabilidade de determinado fato. A notícia, pois, não brota simplesmente dos acontecimentos. Concretiza-se na própria enunciação, entre acontecimentos e textos. Segundo Traquina (1999), acontecimento e notícia são criados um pelo outro.

A estrutura do discurso jornalístico demanda dispositivos que lhe permitam construir a realidade na enunciação. Traquina (1999) exemplifica que a estrutura da notícia, formulada por meio das perguntas iniciais – o quê?, quem?, onde?, por quê?, quando?, como? – e também da seleção do conteúdo, dos processos de exclusão e de contraposição, comprovam como a notícia edifica a realidade, criando o fato.

O autor justifica que a escolha da maneira pela qual será narrada a notícia é guiada pela aparência da realidade posta ao jornalista, por suas convicções, por sua

bagagem de mundo e pelo ritual de apresentação das notícias, decorrente das instituições e das rotinas. Além disso, existe o fator tempo que, atrelado às formas literárias e às narrativas, faz com que, rapidamente, um acontecimento vire notícia.

O processo de comunicação, descrito por Lage (2001), é o da cena da realidade, do acontecimento, que, sendo algo “exterior ao emissor, ao receptor e ao processo de comunicação (...) impõe o uso quase obrigatório da terceira pessoa” (LAGE, 2001, p.39). Segundo o autor, as asserções principais do discurso jornalístico cuidam de transformar, deslocar ou enunciar, no caso da notícia, ou se podam a partir dos acontecimentos, no caso das reportagens interpretativas e dos artigos.

Para, então, ocorrer o processo de comunicação, o locutor, ao produzir as notícias, se reporta a um vasto contingente de interlocutores, dispersos e não identificados, evitando, em seu discurso, adjetivos testemunhais e aferições subjetivas, para que o interlocutor obtenha a sua própria avaliação (LAGE, 2001). Nesse caso, palavras com pouco significado, enunciados concretos e objetivos dão ao discurso jornalístico o efeito da realidade.

No entanto, a meu ver, essa busca excessiva pela objetividade não seria a essência do discurso jornalístico das reportagens interpretativas, cujas produções são mais adjetivadas e subjetivas. É o caso das reportagens especiais, como a intitulada “Documento BR”, publicada no Jornal O Povo, em 2006. A seguir um trecho da cobertura:

Iluminação amarelada, caminhões estacionados, motoristas, policiais e metralhadoras, cinturão de puteiros, bares inferninhos, barracas de vender coco verde gelado, churrasquinho, chá, café, bolo mole, e um pipoqueiro. Forró nas alturas e uma letra de arrancar risinhos e sugerir coisas. “Levante o dedo quem gostar de rapariga/Levante o dedo quem gostar de mulher/... E quem quiser acompanhar o safadão, preste logo atenção, e vamos lá para o cabaré...” (Jornal O Povo, 16 de dezembro de 2006).

Entendo que a utilização de expressões “iluminação amarelada”, “cinturão de puteiros”, “bares inferninhos”, “forró nas alturas”, “letra de arrancar risinhos” demarcam a intenção de o locutor compartilhar a própria percepção do ambiente com o interlocutor. Daí a ação de carregar o texto de adjetivos e expressões mais populares. É evidente a intenção de deter mais a atenção do leitor. O contrário, um texto mais enxuto, mais objetivo, talvez não gerasse tal resultado.

Ainda com relação ao discurso jornalístico, pode-se dizer que ele é caracterizado pela presença de diferentes perspectivas e pontos de vista. Essa “encenação” de outras vozes, no interior do discurso jornalístico, de outros locutores, acontece, por exemplo, por meio da inserção da fala dos entrevistados e das fontes geradoras da informação, nas matérias e reportagens, e configura-se como uma das nuances desse discurso polifônico. O conceito de polifonia trata, exatamente, da existência de mais de um enunciador no texto (DUCROT, 1984, apud KOCH; BENTES; CAVALCANTE, 2008).

São muitas as marcas que atestam a presença de terceiros nos enunciados. Na próxima seção, trabalho essa presença a partir do discurso relatado.

2. 1. Tipos de discurso relatado

A inserção de falas, que não as do autor do texto, em matérias jornalísticas do meio impresso, confere credibilidade ao que está sendo dito. É o momento em que o jornalista pode contrapor opiniões, entendimentos, pretendendo a imparcialidade e dando suporte para que o receptor escolha a opinião que quer seguir. Essas falas são distribuídas, no texto jornalístico, geralmente, por meio da modalização em discurso segundo, do discurso direto (DD) e do discurso indireto (DI).

Maingueneau (2008) afirma que, na modalização em discurso segundo, o enunciador indica que se apóia em outro discurso, não se responsabilizando pelo enunciado. No caso, a enunciação citada é objeto da enunciação citante. Os elementos que indicam esse tipo de discurso são as expressões *segundo x, para y, de acordo com z*, como em: “*De acordo com a Direção Geral de Aeronáutica Civil do Chile, o avião levava ajuda aos afetados pelo terremoto*” (Jornal Diário do Nordeste, 2 de março de 2010, grifo meu).

No discurso direto, há uma tentativa de reprodução exata das palavras citadas, numa espécie de encenação em que se busca criar o efeito de autenticidade, de fidelidade ao que foi ouvido pelo jornalista e reproduzido em papel (MAINGUENEAU, 2008). O autor também destaca que, ao utilizar o DD, o redator demonstra objetividade e seriedade e, ainda, se distancia da opinião da fala citada, para compactuar com o dito ou para reforçar algum ponto de vista.

Em matéria jornalística, normalmente, o DD é identificado pelo surgimento de marcas tipográficas, como dois pontos e aspas, e pela utilização de determinados verbos (posicionados antes do DD, intercalados no interior do DD ou no final do DD), que indicam a enunciação, como *esclarecer*, *pontuar*, *dizer*, *destacar*, *concordar*, *discordar*, *avisar*, *ressaltar*, *revelar*, etc. Também os grupos preposicionais assinalam a presença do DD nos textos, tais como *segundo x*, *para y*, *conforme z*, *de acordo com*.

Ao contrário do discurso direto, o discurso indireto não reproduz fielmente o discurso citante, mas, sim, o conteúdo do pensamento da fala citada (MAINGUENEAU, 2008). Dessa forma, o redator dispõe de infinitas formas para traduzir as falas. A forma de apresentação do DI, no texto, é de oração subordinada substantiva objetiva direta, geralmente introduzida por um verbo dicendi, como *contar*, *dizer*, *relatar*, *afirmar*, *perguntar*, *exclamar*. Nesse caso, a escolha do verbo introdutor acabaria por condicionar a interpretação, direcionando-a ao discurso citado.

O DD ainda pode aparecer após verbo introdutor de DI acompanhado pela partícula “que”, como na frase: “Magalhães explica *que* no trecho que caiu será reconstruído um muro mais espesso, que suporte melhor o aumento da vazão das águas.” (Jornal O Povo, 12 de abril de 2011, grifo meu). Maingueneau (2008) explica que, ao utilizar esse tipo de discurso, o jornalista, ao mesmo tempo em que se distancia da opinião da fala citada, se une a esse ponto de vista e partilha da linguagem que utiliza.

Como foi visto, a linguagem jornalística se pretende objetiva e enxuta em notícias e mais subjetiva e povoada por adjetivos em reportagens e coberturas especiais. Além disso, é caracterizada por um discurso polifônico, repleto de pontos de vista diferentes. Na próxima seção, demonstro como se configuram, no *corpus* desta pesquisa, essas características, atreladas ao fenômeno da intertextualidade.

3. A política real: um caso de intertextualidade em matérias jornalísticas

A cobertura especial “A política real” é formada por cinco matérias que trazem pontos de vista diferentes sobre traição na política brasileira. Dentre elas, foram

escolhidas duas⁵: “A traição como ela é” e “A tese de Lula que juntou Jesus, Judas e os políticos”⁶. Para a análise, foram escolhidos alguns trechos pertencentes às duas matérias. Cada trecho escolhido está destacado em negrito e em itálico, seguido de uma numeração que vai do (1) ao (12). Os trechos de (1) a (6) pertencem à primeira matéria (anexo A), e os trechos de (7) a (12), pertencem à segunda matéria (anexo B).

A motivação principal para essa produção jornalística teria sido uma declaração pública do presidente Lula, em que foram citadas as figuras bíblicas de Jesus Cristo e de Judas. Eis o enunciado: “Se Jesus Cristo viesse para cá, e Judas tivesse a votação num partido qualquer, Jesus teria de chamar Judas para fazer coalizão”.

É comum em todas as matérias da cobertura, a temática da traição. Por isso, identifico a presença de *intertextualidade temática*, pois os textos abordam uma mesma linha de pensamento.

Com relação à primeira matéria, identifico, a partir do título, a presença da *intertextualidade implícita*. Isso porque o título “A traição como ela é” dialoga com o título da obra do dramaturgo Nelson Rodrigues, “A vida como ela é”, lançada em 1961. O autor ficou conhecido como marginal, pornográfico e obsessivo porque retratava, em suas obras, temas escandalosos para a época, como ciúme, sexo e adultério. Na alusão à obra, o locutor da matéria dá a seu texto o sentido que Nelson Rodrigues deu a sua obra, o de enfatizar a vida amoral de seus personagens.

Afora esses casos de *intertextualidade*, encontrei, ainda, exemplos expressivos de *intertextualidade explícita*, na categoria *intertexto alheio*, que é apresentado nas matérias sob a forma de discurso relatado, citações.

Por meio dessa incidência de citações, percebo, ainda, a presença da *intertextualidade tipológica* a partir de sequências narrativas, mesmo não havendo, nas matérias analisadas, marcas de sucessão temporal ou modificação de um estado de coisas. Em lugar do uso dessas marcas, mais comuns em matérias que contam o desenrolar de algum fato, a cobertura “A política real” procura analisar a pertinência da

⁵ Para o escopo de um artigo, um *corpus* muito extenso não seria adequado.

⁶ Ver anexo.

declaração/voz do presidente Lula, com base em declarações/vozes de terceiros. A seguir, analiso essas declarações no *corpus* escolhido.

3. 1. O discurso relatado no *corpus* da pesquisa

Nas duas matérias analisadas, percebo que dialogam, explicitamente, as vozes do presidente Lula, dos cientistas políticos Michel Zadain e David Fleischer, do pensador Nicolau Maquiavel, do psicanalista Valton Miranda e, claro, do repórter que assina a matéria, Tiago Coutinho, locutor principal, o qual será chamado de L1.

No primeiro trecho destacado (1)⁷, L1 se apóia na declaração do presidente Lula (L2), por meio da modalização em discurso segundo, para dizer que é preciso se aliar a traidores para fazer política no Brasil. Quando interroga se possa ser verdade a declaração – “*Será??*” – L1 reforça a não responsabilidade sobre o dito e incita o debate que se desenvolve ao longo das matérias da cobertura.

O início do debate é marcado, em (2) pela descrição da famosa máxima de Nicolau Maquiavel (L3), “os fins justificam os meios”, que comprova o posicionamento de L1, ao dizer que “*Na política, um acordo pode ter prazo ou data de validade. A depender de um interesse, uma verdade dita hoje amanhã já se tornou obsoleta ou esquecida*”. A defesa do ponto de vista de L1 é reforçada quando afirma que a máxima serve como desculpa para justificar “*muitas atitudes contraditórias ou incoerentes, para não dizer traidoras*”.

Dando sequência à ideia da traição na política, um novo locutor é introduzido, em (3), para responder se seria permitida a traição no jogo político. A resposta do cientista político Michel Zadain (L4), descrita em discurso direto, dá conta de que os políticos são infiéis. Defendendo o ponto de vista de L4, L1 afirma que “*trair ou fazer acordos inusitados*” fazem parte da busca pelo poder. Ou seja, L1 mesmo se mantendo distante da opinião de L4, por conta da utilização das aspas, concorda com essa mesma opinião depois.

⁷ A partir daqui os trechos destacados nas matérias serão denominados somente pelo número correspondente. Cf. anexo.

Em (4), o retorno à fala citada de Lula (L2), sobre a possível aliança de Jesus e Judas, dá novo reforço à ideia da traição na política brasileira. E isso acontece quando L1 destaca o que poderia ser enquadrado como aliança entre traidor e traído (a união de Lula e Collor), colocando-a como resultado de uma flexibilidade, entre aspas.

Em (5), a fala citada de Michel Zadain (L4) é descrita, por meio do DD, como uma explicação para a “flexibilidade” tratada em (4). A opinião de L4 é a de que o componente ideológico é o que menos importa na política propriamente dita. Ao comentar a opinião de L4, L1 afirma que, para se chegar ao poder, são permitidas formações de alianças político-partidárias de toda ordem. Em seguida, apoiando-se em L4, por meio da modalização em discurso segundo, aproveita para fazer uma crítica a respeito da personalização política e da baixa institucionalização dos partidos no País. A essas duas características L1 atrela o fato de que as legendas são pensadas como organizações sociais de família. Essa ideia é intensificada pelo uso do verbo “brincar”, no fim da descrição, em DD, da fala citada de L4: “*“Os partidos vão ser parecidos com a casa da Mãe Joana, com chefe e sub-chefe”, brinca*”. Aqui o significado do verbo parece dar o tom de falta de seriedade ao fazer político brasileiro.

Em (6), um novo locutor é introduzido para dar mais um ponto de vista acerca do jogo político: o cientista político David Fleischer (L5). L1 se sustenta em L5, para acrescentar à ideia da traição a ideia do sacrifício. É quando é justificada a necessidade de se buscar apoios diante da existência de um número elevado de partidos com representatividade no Congresso Nacional.

Na segunda matéria, iniciada pelo enunciado (7), volta-se a ideia da união entre traído (Jesus) e traidor (Judas). Com isso, L1 equipara Lula a um arquiteto de alianças, que quer garantir governabilidade e popularidade. Como exemplo, L1 afirma que Lula escolheu um empresário para o cargo de vice, mesmo tendo isso gerado questionamento de integrantes do partido. Outro exemplo da arquitetura de alianças é apresentado em (8), quando L1 descreve, em DD, a enumeração de L5 acerca das “surpresas petistas”. As aspas conferem autenticidade e autoridade ao argumento relatado de L5.

Em (9), L1 destaca que Lula não admite fazer concessões, o que contextualizaria a aliança com traidores. No lugar disso, Lula admite fazer acordos – ideia transmitida

pela descrição, em DD, da fala citada de L2. Dessa forma, L1 se afasta da desculpa de Lula para questioná-la no enunciado (10).

O enunciado em (10) é iniciado com a expressão “no entanto”, que serviu de acréscimo para novo ponto de vista, o de que Lula admitiu ter sido traído por companheiros, à época do escândalo do mensalão⁸. Ou seja, os ditos traidores não estavam fazendo acordos, estavam traindo o líder do partido. O termo “embora” ainda apresenta outro ponto de vista, o de que a suposta traição cometida pelos envolvidos no mensalão não mereceu punição, já que Lula não se dirigiu a nenhum dos possíveis traidores. Se isso não aconteceu é porque Lula, intimamente, não queria admitir que fizesse aliança com traidores, mesmo tendo anunciado ter sido traído.

Em (11) e (12), um novo locutor, o psicanalista Valton Miranda (L7) suaviza a ideia da traição ao substituí-la pela de concessão e de conspiração. Essa amenização, no entanto, não é compartilhada por L1, que se distancia da declaração de L7, ao transcrevê-la com as aspas e anunciá-la com o verbo dizer. No enunciado seguinte, (11), L1 mantém o distanciamento da opinião de L7, ao descrever outra declaração em DD, terminando-a com o verbo finalizar, que, ao mesmo tempo, finaliza o pensamento de L5 e finaliza a matéria.

Conclusão

Por meio dos enunciados em destaque, pude constatar como o fenômeno da intertextualidade não somente povoa os textos jornalísticos em questão como garante-lhes a argumentatividade. O interlocutor não identificaria os vários pontos de vista, ou as várias vozes que versam sobre a temática da traição sem a utilização do recurso da intertextualidade. Com isso, os textos conferiram múltiplos sentidos a partir da opinião do presidente Lula sobre acordo político.

⁸ É denominado de mensalão o esquema de compra de votos de parlamentares.

Referências

- AGUIAR, Sara Rebeca. Prefeitura reduz para 40 dias o tempo de interdição. **O Povo Online**, Fortaleza, 12 abr. 2011. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/opovo/fortaleza/2011/04/12/noticiafortalezajornal,2124717/prefeitura-reduz-para-40-dias-o-tempo-de-interdicao.shtml>>. Acesso em: 12 abr. 2011
- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- BARROS, Diana Luz Pessoa de; FIORIN, José Luiz. **Dialogismo, Polifonia e Intertextualidade: em torno de Bahktin**. 2.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.
- COUTINHO, Tiago. A tese de Lula que juntou Jesus, Judas e os políticos. **O Povo Online**, Fortaleza, 01 nov. 2009. Disponível em: <<http://opovo.uol.com.br/opovo/politica/924221.html>>. Acesso em: 10 dez. 2009.
- _____. A traição como ela é. **O Povo Online**, Fortaleza, 01 nov. 2009. Disponível em: <<http://opovo.uol.com.br/opovo/politica/924217.html>>. Acesso em: 10 dez. 2009.
- KOCH, Ingedore V.G.; BENTES, Anna Christina; CAVALCANTE, Mônica M. **Intertextualidade: diálogos possíveis**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- _____. **A inter-ação pela linguagem**. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2003.
- _____. **O texto e a construção dos sentidos**. 3.ed. São Paulo: Contexto, 1997.
- LAGE, Nilson. **Linguagem Jornalística**. São Paulo: Ática, 2001.
- LULA visita o Chile e promete igual ajuda dada ao Haiti. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 02 mar. 2010. Disponível em: <<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=744100>>. Acesso em: 02 mar. 2010.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos da comunicação**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- NELSON, Rodrigues. **Não tenho culpa que a vida seja como ela é**. São Paulo: Agir, 2009.
- RIBEIRO, Cláudio e TÚLIO, Dimitri. O pátio das “quibas”. **O Povo Online**, Fortaleza, 16 dez. 2006. Disponível em: <<http://opovo.uol.com.br/opovo/especiais/documentobr/656091.html>>. Acesso em: 02 mar. 2010.
- TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: questões, estórias**. Tradução: Manuel Dionísio. 2ª edição. São Paulo: Veja, 1999.

ANEXO A – “A traição como ela é”

Segundo o presidente Lula, até Jesus teria que fazer acordo com Judas se viesse a fazer política no Brasil. Será?? (1)

Tiago Coutinho
tiagocoutinho@opovo.com.br

Na política, um acordo pode ter prazo ou data de validade. A depender de um interesse, uma verdade dita hoje amanhã já se tornou obsoleta ou esquecida. A máxima de Nicolau Maquiavel “os fins justificam os meios”, escrita em 1514, serve como desculpa para justificar muitas atitudes contraditórias ou incoerentes, para não dizer traidoras. Teórico do poder, e mais importante, de como se manter no poder, Maquiavel, quase quinhentos anos depois, permanece atual. (2)

Longe de sua frase mais clássica, ao ler o seu texto mais famoso, O Príncipe, encontra-se [sic] pérolas e ensinamentos sobre relações políticas. Por exemplo: “um senhor prudente, portanto, não pode nem deve cumprir a palavra dada quando tal cumprimento se volta contra ele e as razões que levaram a assumir o compromisso não existem mais”.

Seria permitido, portanto, no jogo político a traição? Sem esconder o riso, o cientista político da UFPE, Michel Zadain responde “os políticos são mais volúveis que os amantes. Os amantes são mais fiéis”. Na política brasileira, trair ou realizar acordos inusitados para chegar ou se manter no poder faz parte do jogo (3).

Se Lula admitiu que, no Brasil, Jesus se aliaria com Judas, por que se espantar quando o presidente abraça a aliança com o senador alagoano Collor de Mello (PTB)? Explicações para essa “flexibilidade” são muitas. (4)

Michel Zadain apresenta a atividade política brasileira dividida em três componentes: eleitoral, político e ideológico. Ao primeiro, o mais volátil, recorre-se a fim de ganhar as eleições. Há objetivos periódicos e determinados. O resultado são alianças fugazes entre partidos que nem sempre possuem afinidades programáticas. Uma vez eleito, a gestão precisa de coligações forte para garantir a governabilidade. Os acordos não podem ser tão rasos, quanto nas eleições. O partido com candidato vitorioso necessita de jogo de cintura. Muitos partidos que, às vezes, nem aliados nas eleições foram, poderão camuflar seus discursos, para se aproximar do poder. Por fim, a ideologia, última integrante, carece de um tempo maior para a consolidação e nem sempre consegue se firmar. No Brasil, de acordo com Zadain, o fator ideológico, entre os partidos, é o menos importante.

“Na política propriamente dita, a engenharia para ganhar as eleições se sobrepõe ao componente ideológico”, resalta Zadain. Com a finalidade de se chegar ao poder, todas as alianças político-partidárias são bem-vindas. Para completar a situação, devido a uma forte herança patriarcal, persiste, no País, de acordo com o pesquisador, o alto grau de personalização política e uma baixa institucionalização

dos partidos. Pensa-se a legenda com a organização social de uma família. “Os partidos vão ser parecidos com a casa da Mãe Joana, com chefe e sub-chefe”, brinca. (5)

Pluripartidário

Além da análise antropológica, para o cientista político da UNB, David Fleischer, é inevitável pensar na governabilidade brasileira sem uma política de coalizão. Com o número elevado de partidos, 27, quase todos com representatividade no Congresso Nacional, torna-se basicamente impossível não buscar apoios. “O Lula teve muito jogo de cintura. Muito militante do PT não concordou quando o governo Lula aceitou o PTB na coalizão, nem o PL. Esses sacrifícios são para governar”, pondera. (6)

“O Sebrae fala em pequenas empresas grande negócios. Eu sempre digo, pequenos partidos grandes negócios”, ironiza. Uma das possíveis soluções proposta por Fleischer seria uma reforma eleitoral em que contemplasse três mudanças: fechar a lista de parlamentares, ou seja, o voto do cidadão é no partido, e a sigla escolhe quais serão seus representantes no Congresso; impedir coligações em eleições proporcionais, priorizando a nacional e aprovar a cláusula de barreira que impede a formulação de partidos nanicos.

Sobre partidos pequenos, Zadain tem uma “lei de ferro”: “quando o partido é novo, vale a pena investir na sua marca, no seu nome, na sua visibilidade, depois não rende fruto, não tem resultado”. Se permanecerem sempre com o mesmo discurso, logo são tachados de sectários ou iludidos. Para um partido de esquerda ganhar espaço, ele precisa se trair e mudar suas palavras de ordem. Um discurso radical, explica Zadain, não atrai o eleitorado brasileiro, avaliado por ele como de centro. “No Brasil, precisa ser de centro, para poder concorrer e ganhar as eleições”, enfatiza.

Por isso, nada mais coerente de que voltar ao pensamento de Maquiavel, quando diz que “o desejo de conquista é coisa verdadeiramente muito natural e ordinária, e sempre que os homens capazes da conquista a realizam serão por isso louvados e não censurados; mas quando não a podem fazer e desejam fazê-la de qualquer modo, eis que estarão presentes o erro e a censura”. Traição, incoerência ou mudança? Nas próximas páginas, O POVO discute o assunto.

ANEXO B – “A tese de lula que juntou Jesus, Judas e os políticos”

Entre a cruz e a espada, Lula mudou o discurso histórico, fez aliança com antigos inimigos e cumpriu acordos com os empresários. Para ganhar o poder e para governar

“Se Jesus Cristo viesse para cá, e Judas tivesse a votação num partido qualquer, Jesus teria de chamar Judas para fazer coalizão”, afirmou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na semana passada, quando questionado sobre suas alianças a frente do Governo Federal. A frase, sem dúvida, ficará para a história. Mostra que Lula, hoje, tornou-se em um arquiteto de alianças, para garantir governabilidade e popularidade. A frente da presidência, ao optar em ter um empresário como vice, ele foi questionado por muitos, inclusive dentro do partido. (7)

Mas a escolha de José Alencar (PRB) para compor a chapa foi apenas o primeiro passo das muitas “surpresas” petistas. “Nomeou o Henrique Meireles, um banqueiro, para o Banco Central. Esqueceu o fora FMI e continuou com o empréstimo. Disse que ia pagar antes do prazo e aumentar o superávit primário. Muitos ficaram de queixo caído. Nomeou Palocci para o Ministério da Fazenda e dizia que economista do PT não entrava lá. Em termo de traição do programa, ele jogou no lixo. Foi uma traição programática”, comenta o cientista político da UNB, David Fleischer. (8)

Fora isso, o governo Lula foi marcado por outros episódios. Em 2003, aprovou a reforma da previdência, e o PT expulsou os parlamentares que votaram contra, por não seguirem a deliberação do partido. Entre eles, a vereadora Heloísa Helena (Psol-AL). “O PT é o único partido que, se não seguir a linha traçada no partido, pode ser expulso. Isso é muito raro”, pondera David Fleischer. Ele ressalta que, em setembro, os deputados petistas Luiz Bassuma (BA) e Henrique Afonso (AC), foram suspensos por se manifestarem contrários ao aborto.

Não raro, lembra-se de que Lula hoje possui, hoje, o senador Collor de Melo (PTB-AL), na sua base aliada. O ex-presidente do Brasil, disputou as eleições contra Lula, em 1989. Sarney (PMDB-AM) preside o Senado com o apoio total do presidente. O PMDB é o principal partido da base aliada. A todos esses pontos Lula sintetiza: “Nunca fiz concessão política. Faço acordo”. (9)

No entanto, quando estourou o escândalo de corrupção do mensalão, em 2005, Lula disse ter se sentido traído pelos seus companheiros, embora não tenha se dirigido a nenhum deles. (10)

Trair ou mudar?

Na avaliação de Valton Miranda, psicanalista, ensaísta político e militante do PT, não houve nenhuma traição. “Há uma concessão que eu posso concordar ou não. Se eu não concordo, eu vou para outra aliança”, diz. (11)

Ele defende a ideia de que, no capitalismo, dificilmente se chega sozinho ao poder. “Quando o PT lança Carta ao povo brasileiro. O PT resolve aceitar uma combinação. É uma espécie de acordo: todos os contratos da elite brasileira serão respeitados; por outro lado, nós nos reservamos no direito de transferir rendas para a classe trabalhadora. Foi um jogo político”, resume.

A carta, lançada em junho 2002, antes de ganhar as eleições, antecipa, em parte, algumas decisões que Lula viria tomar em seu mandato. “Vamos preservar o superávit primário o quanto for necessário para impedir que a dívida interna aumente e destrua a confiança na capacidade do governo de honrar os seus compromissos”, escreveu Lula. Para Valton Miranda, a carta é um momento decisivo no PT. “Foi divulgada amplamente e todo mundo viu. Não foi feito às escondidas. Mas eu posso discordar”.

Ele pondera que o discurso da traição muitas vezes se aproxima do discurso da teoria da conspiração. “Toda vez que não se concorda com o caminho que o partido está tomando. E se não concordar com a minha visão. Usa-se a teoria da traição”, finaliza. (12)